



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ALEXANDRE GONÇALVES SILVA

PLANO DE GESTÃO:

E.E.B. GOVERNADOR ADERBAL RAMOS DA SILVA

Tubarão
2017

ALEXANDRE GONÇALVES SILVA

PLANO DE GESTÃO:

E.E.B. GOVERNADOR ADERBAL RAMOS DA SILVA

Plano de Ação apresentado ao Curso Direcionado de Especialização em Gestão Escolar da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a. Ms. Rosinete Costa Fernandes Cardoso.

Tubarão
2017

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | REFERENCIAL TEÓRICO | 3 |
| 2 | OBJETIVO GERAL..... | 8 |
| 3 | DIAGNÓSTICO DA ESCOLA | 9 |
| 3.1 | DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA | 10 |
| 3.2 | DIMENSÃO PEDAGÓGICA | 13 |
| 3.3 | DIMENSÃO ADMINISTRATIVA..... | 16 |
| 3.4 | DIMENSÃO FINANCEIRA..... | 19 |
| 3.4.1 | PDDE (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA)..... | 19 |
| 3.4.2 | FESTA JUNINA | 19 |
| 3.4.3 | CONTRIBUIÇÃO ESPONTÂNEA..... | 20 |
| 3.4.4 | RIFAS..... | 20 |
| 3.4.5 | PDDE (ESTRUTURA ESCOLA ACESSÍVEL) | 20 |
| 3.4.6 | PROGRAMA ATLETA NA ESCOLA | 20 |
| 3.4.7 | PDDE (ESCOLAS SUSTENTÁVEIS) | 21 |
| 3.4.8 | CARTÃO CPESC..... | 21 |
| 3.5 | DIMENSÃO FÍSICA | 22 |
| 4 | METAS..... | 24 |
| 5 | AÇÕES | 26 |
| 6 | AVALIAÇÃO DO PLANO | 42 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| | REFERÊNCIAS | 44 |

1 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a última Proposta Curricular de Santa Catarina, elaboração pela Secretaria de Estado da Educação em 2014, é função da escola trabalhar de modo a promover a construção e socialização de conhecimentos de maneira universal. A proposta ainda denota que para que isto aconteça de maneira efetiva, é fundamental que a práxis ocorra de maneira interdisciplinar. Este documento utiliza-se dos escritos de Karl Marx, apresentando o indivíduo como protagonista de si mesmo, que constrói a própria história nas suas relações com outros indivíduos e com o espaço que o cerca,

[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com as quais se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1978).

O conceito de “materialismo histórico” que é definido como fruto do pensamento de Karl Marx e de Frederich Engels, está presente na PC de SC, na qual defende-se que é necessário o olhar crítico sobre o mundo identificando seu modo de produção. Tal abordagem advoga que, em análise prática e objetiva, a história do mundo e dos indivíduos esteve sempre ligada à matéria, a transformação da matéria, no modo de produção empregado para tal, e das relações de poder intrínsecas dos modelos adotados para este expediente. Visto que, os modos de produção constroem e reconstroem-se no momento histórico onde ocorrem, definem e redefinem o indivíduo fruto dessa conjuntura e de como ele dará continuidade a sua linhagem de acordo com esse contexto. Em análise abrupta de conjuntura, o indivíduo é o transformador e o transformado e como tal está sujeito e é sujeito do *status quo*.

Então, a Proposta Curricular adotada no estado de Santa Catarina prima para que o processo de ensino e aprendizagem ou ainda ensino-aprendizagem, porque de acordo com Paulo Freire (1996) “um não acontece sem o outro”, deve criar uma conjuntura, um contexto tal de modo que o indivíduo educando seja o autor e o ator no processo, que ele seja o protagonista da construção dos próprios saberes. Os meios que configuram o êxito deste expediente perpassam questões físicas (materiais) e estéticas (conceito transformação da matéria com um propósito), criando um ambiente que estimule e que desafie o educando

e que estimule o desenvolvimento de todas as potencialidades, sejam elas físicas, emocionais, intelectuais ou éticas. Os parâmetros para esta abordagem são definidos pela Teoria Histórico-Cultural de Lev Vygotsky e abordados pela Proposta Curricular de Santa Catarina que servem de fundamento para a prática nos estabelecimentos de ensino.

A reflexão sobre as séries iniciais, parte do Ensino Fundamental referente aos cinco primeiros anos, aponta que é grande a defasagem idade-série nas escolas brasileiras, sobretudo entre alunos da rede pública. Entende-se que é mister promover uma práxis que prime pelo aperfeiçoamento da linguagem oral e consequente ampliação do vocabulário, pois é através deste que os pensamentos e as idéias tornar-se-ão mais complexos e elaborados e a aproximação destes com o aprendizado ou aperfeiçoamento da escrita. É importante atentar ainda para outras formas de linguagem existentes como as manifestações artísticas gráficas, corporais ou de outras formas. É importante despertar no educando a curiosidade e a interação, pois estas fomentam a construção de saberes *in loco* tornando este indivíduo participante do próprio processo.

Depois de passar pelo Fundamental II e ingressar no Ensino Médio, às portas do mundo adulto, deseja-se que estes educandos fortaleçam efetivamente os saberes construídos, as formações vivenciadas ao longo da sua trajetória que começou na Educação Infantil. Ao dar continuidade a esta formação, desta vez, de acordo com uma visão integral, cria-se a expectativa de que este educando tenha desenvolvido um pensamento crítico a ponto de contribuir com a transformação do meio em outro paradigma, em outra dimensão que compreende todo um universo que existe fora da escola. É quando este aluno tem uma primeira experiência com a cidadania sob a égide dos conceitos de liberdade e de responsabilidade.

Entretanto, é preciso entender e proceder ao que se concebe por “Gestão Democrática” na escola, que consiste na participação de toda a comunidade escolar, de todos os segmentos correlatos à escola, que são os estudantes, os professores e demais funcionários, os pais e etc. Em todos os fatos que compreendem o cotidiano escolar – do planejar, do fazer e do avaliar – tanto no que tange à infraestrutura, passando pelos trâmites burocráticos e pelos aspectos pedagógicos. Esta participação na gestão colabora para a melhora da educação como um todo, coloca a escola no centro da comunidade e disponibiliza esta mesma comunidade para que seja transformada pelo saber construído nesta escola. Para que isto aconteça, é preciso que o Projeto Político Pedagógico (doravante

referido apenas como PPP) precisa ser construído com a participação de todos os atores do processo, corroborando para a criação e fortalecimento do Conselho Escolar. Tal práxis deverá antever a participação de todos os envolvidos já citados (os estudantes, os professores e demais funcionários, os pais e etc.) no cotidiano escolar.

Para muitos autores, tais como Davok (2007), Chrispino e Dusi (2008), Hypólito (2008), Paro (2009) e Cury (2009) o profissional ainda tem muitos obstáculos a superar no que tange a responsabilidade que assumiu como gestor escolar. Mas estas dificuldades não devem ser um empecilho, nem justificativa de não implantação, quando tratamos da Gestão Democrática. É preciso fazer com que todos participem é preciso fazer valer o que fora debatido na elaboração do PPP, este expediente, da participação maciça pode ainda ser a fonte de solução de muitos problemas tidos até então como insolúveis. Afinal, quanto maior o número de cabeças pensantes melhor, quanto mais diversos forem os paradigmas e vivências melhor e mais variadas às interpretações e soluções apresentadas.

Esta Gestão não acontece a esmo, definida apenas pelo PPP. Ela submete-se a outros aspectos que perpassam os da legalidade, da institucionalidade e está submetida às políticas definidas em instâncias superiores que incentivam a participação da sociedade no debate e na concepção de outras políticas para a educação, em ações deliberativas, nos aspectos financeiros e em decisões conjuntas. Como estes aspectos compreendem os princípios da legalidade, então são amparados pela Constituição Federal de 1988 (doravante referida apenas como CF), também conhecida como “Constituição Cidadã” define esta Gestão Democrática como um dos parâmetros para a educação no Brasil e aponta mecanismos para que isso ocorra como os presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (doravante referida apenas como LDB) e no Plano Nacional da Educação (doravante referido apenas como PNE), em sua meta 19 que define o seguinte:

Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (PNE, 2014/2024, p 35.)

Imprescindível é também ressaltar que a Gestão Democrática não é apenas um conceito, uma ideia, algo meramente abstrato, utópico e imaterial. É também efetiva e

presente no cotidiano da comunidade escolar e condicionante nos aspectos qualitativos da prática educacional, no momento em que esta prática transcende os muros da escola e estabeleça laços com o seu entorno, com as pessoas, com a comunidade com a qual coexiste, e neste expediente experientializa-se vivências e paradigmas diferentes, os quais contribuem para que o aluno possa fazer uma breve análise de conjuntura e contextualizar essa educação da qual faz parte construindo e apropriando-se de conhecimentos.

Ainda, para que isso ocorra é necessário que se criem sustentáculos de ação, tais como técnicas de atuação e foro de decisões que as promovam, aja visto que o modelo adotado até então não surtiu os resultados esperados, pois delega diretamente ao corpo administrativo da escola a missão de decidir sozinha as ações do cotidiano da instituição e de sua incidência sobre a comunidade que a cerca. Independente das demandas sociais, tão características deste momento histórico (que precisa ser compreendido) e de e do amparo legal existente a fim de promover uma gestão mais participativa, é fundamental que a própria escola amolde-se de modo a incentivar a participação de todos os que a cercam e que são influenciados por suas ações.

Outra questão tão debatida tema de tanta controvérsia e que tem servido inclusive de bandeira política ostentada e reivindicada pelas mais diversas correntes é a questão da diversidade. A questão da diversidade compreende um espectro muito mais amplo do que aquele apresentado pela mídia ou por debates superficiais dos movimentos sociais, ela compreende todos os aspectos de diferenças entre as pessoas e de como estas reagem entre si, tal como é definido pela Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014 (doravante referenciada como PCSC) que define da seguinte maneira:

Entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. (Proposta Curricular de Santa Catarina, 2014, p 54).

É claro que esta também é uma abordagem breve e rasa, pois precisaríamos de um documento exclusivo para este tema. O que importa é que é preciso criar ferramentas de trabalho na escola para tratar do assunto, pois como o mesmo é complexo, complexas também são as abordagens efetuadas. Partindo do princípio da efetividade é preciso criar

uma abordagem e desenvolver uma linguagem sobre diversidade que seja acessível ao aluno.

Os conceitos apresentados na PCSC estimulam a crítica sobre questões de diversidade que compreendem a heterogeneidade presente nos grupos humanos. Esta heterogeneidade compreende aspectos étnicos, nacionais, da sexualidade e de gênero, da religiosidade e demais procedentes do meio nos quais estes grupos estão inseridos. A questão da diversidade é tão complexa que pode ser inclusive influenciada por fatores geográficos e climáticos. Voltando à Marx, é importante entender como essas relações diversas e aleatórias constroem sujeitos históricos e de como esses sujeitos incidem sua influência novamente no meio, construindo e reconstruindo, influenciando e reinfluenciando num expediente de relações de poder quer seja com outros indivíduos ou até mesmo com o espaço que o cerca.

Entende-se então o quão é importante é trabalhar uma pedagogia que destaca os princípios da igualdade e da responsabilidade. Que estimula a compreender, respeitar e valorizar as diferenças desde a educação infantil.

2 OBJETIVO GERAL

Criar um paradigma de gestão e de uma nova cultura organizacional contextualizada com a realidade da escola e com a realidade da comunidade na qual ela está inserida, num expediente transparente para que os alunos possam desenvolver suas capacidades, para que construam e se apoderem dos conhecimentos necessários para a vida na escola e fora dela.

O objetivo transita entre criar um novo paradigma, uma nova dinâmica de trabalho que intensifique as relações entre as pessoas para que estas possam participar efetivamente, de maneira integral e transparente de todas as decisões da instituição, assim, contribuir para que a gestão garanta e promova o amplo acesso à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade. Que esteja em consonância com a legislação em vigor, que entenda que esta gestão democrática e compartilhada produz visões diversas entre si e que resulta em divisão de responsabilidades e no consequente acompanhamento das ações (contextualizadas) por parte da comunidade escolar. Que busque elevar o desempenho dos alunos e a qualidade dos saberes adquiridos e construídos, em atenção ao IDEB e que coíba de maneira taxativa a evasão escolar. Que fortaleça as relações entre toda a comunidade escolar, que esteja atenta às questões de diversidade e de inclusão, que trabalhe de maneira facilitadora para promover a emancipação (empoderamento) dos educandos e da comunidade escolar. Por fim que não apenas coloque isso no papel, mas que crie sustentáculos que garantam estas propostas para que sejam duradouras e efetivas.

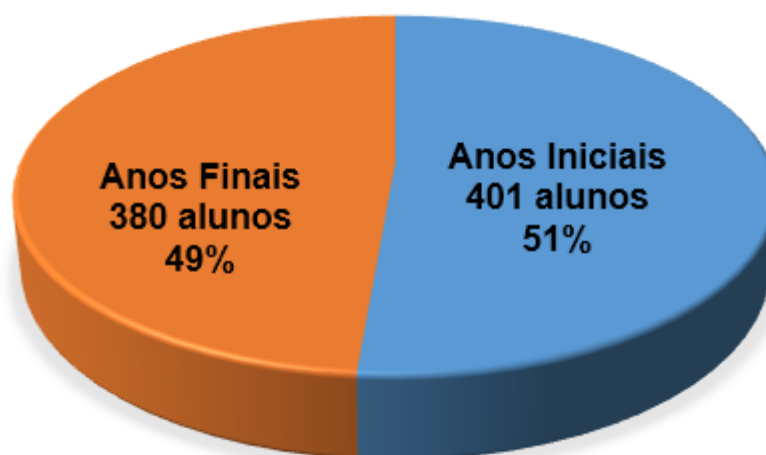
3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

A Escola de Educação Básica Governador Aderbal Ramos da Silva está situada à Rua José Ferreira, 732, CEP 88701-620, no Bairro Santo Antônio de Pádua, no município de Tubarão, estado de Santa Catarina. A fundação do grupo escolar Governador Aderbal Ramos da Silva, em prédio próprio, foi em 6 de outubro de 1964. Em 2000 foi alterada a identificação do estabelecimento de ensino que passou a se denominar Escola de Educação Básica Governador Aderbal Ramos da Silva.

A escola pertence a rede estadual e atende alunos do 1º ao 9º ano no período matutino e vespertino, nos respectivos horários: 07h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30. A escola tem por objetivo, proporcionar um ambiente rico em estímulos adequados para contribuir para o desenvolvimento e a construção da personalidade dos educandos, de acordo com a idade e necessidades, observando a cultura, a comunidade e a família em que estão inseridos.

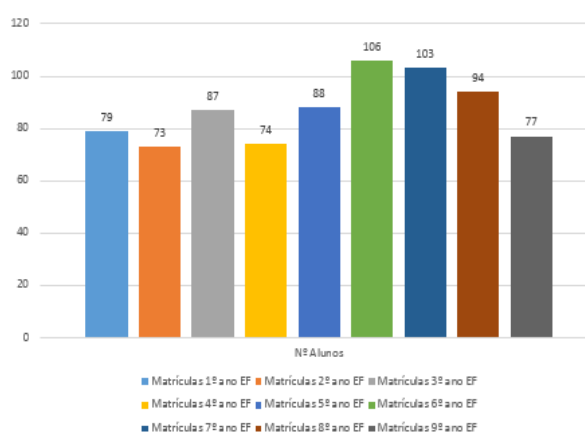
A unidade escolar é gerenciada atualmente pela diretora de escola Adriana de Medeiros Fernandes e pela assessora de direção Maria Stela Bento Bortolatto, que atuam para alcance da sua principal meta, que é oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos, discutindo o melhor caminho para a escola de forma democrática.

Segundo dados do censo, atualmente a escola possui em seu quadro 85 profissionais e atende uma clientela de 781 alunos matriculados de 1ª ao 9ª ano do ensino fundamental, sendo 401 alunos dos anos iniciais o que corresponde a 51% e 380 alunos dos anos finais o que corresponde a 49% dos alunos matriculados.



A tabela e o gráfico abaixo mostram o número de alunos matriculados por série.

| Série | Nº Alunos |
|----------------------|-----------|
| Matrículas 1º ano EF | 79 |
| Matrículas 2º ano EF | 73 |
| Matrículas 3º ano EF | 87 |
| Matrículas 4º ano EF | 74 |
| Matrículas 5º ano EF | 88 |
| Matrículas 6º ano EF | 106 |
| Matrículas 7º ano EF | 103 |
| Matrículas 8º ano EF | 94 |
| Matrículas 9º ano EF | 77 |



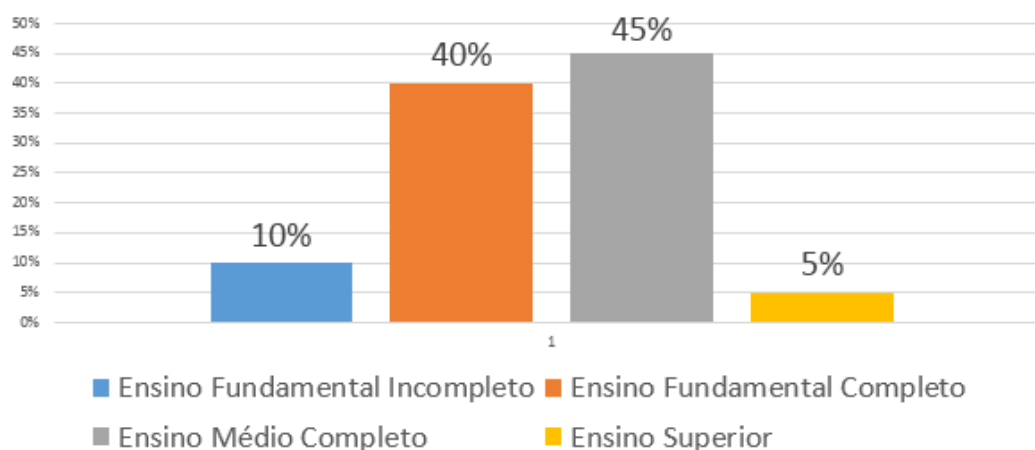
Em comparação ao cenário nacional apresentado no Relatório as Desigualdades na Escolarização no Brasil de 2014, o número de matrículas nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental é bastante próximo para os alunos matriculados em escolas de áreas urbanas. Desta forma, os índices da escola em estudo, está dentro da média nacional.

3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

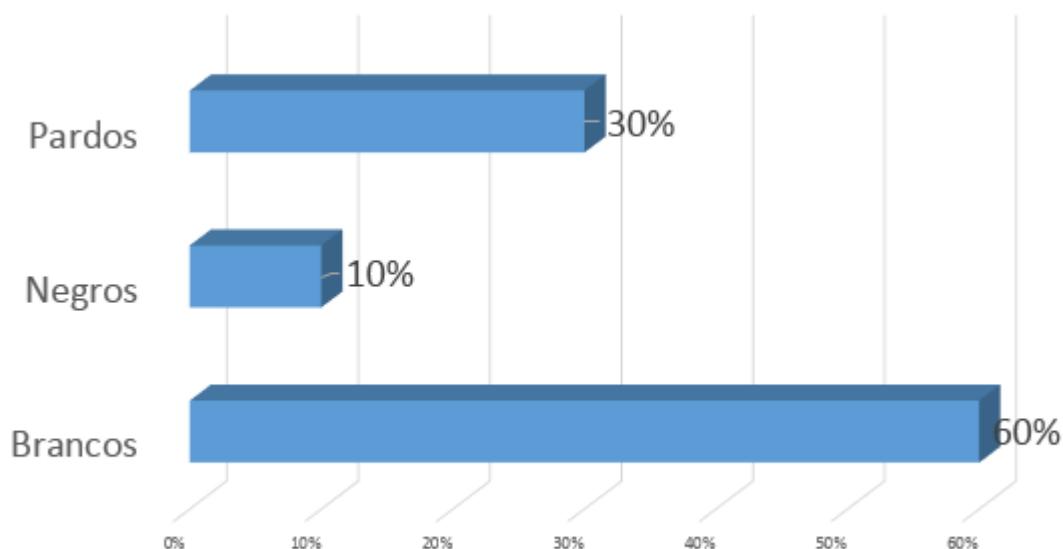
A E.E.B. Governador Aderbal Ramos da Silva está localizada entre o centro da cidade e o bairro Santo Antônio de Pádua. As famílias são procedentes do bairro Santo Antônio de Pádua e dos bairros próximos como, Congonhas, Oficinas, Madre. Os alunos se deslocam para a escola através de transporte escolar, veículos próprios, bicicletas e a pé.

A clientela atendida é, em sua maioria, de Classe Média Baixa, sendo oriunda de vários bairros de nossa cidade. Uma parcela significativa de pais ou responsáveis trabalha no comércio e indústrias da cidade. A renda familiar varia de 1 a 4 salários mínimos e o nível de instrução dos pais ou responsáveis corresponde a 40% com o ensino fundamental completo e 10% com o ensino fundamental incompleto; 45% possuem o ensino médio completo e 5%, aproximadamente, apresenta o ensino superior.

Com relação à escolaridade dos pais ou responsáveis, o nível de instrução corresponde a 40% com o ensino fundamental completo e 10% com o ensino fundamental incompleto; 45% possuem o ensino médio completo e 5%, aproximadamente, apresenta o ensino superior.



Referente à diversidade, segundo pesquisa realizada, a escola possui 60% dos alunos declaradamente brancos, 30% pardos e 10% negros. Estudo realizado na Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014 apresenta a importância da inclusão do estudo das diversidades no currículo escolar, respeitando as origens para minimizar os impactos negativos das desigualdades.



Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola em estudo, a participação das famílias acontece em eventos como, a assembleia geral da Associação de pais e Professores do Conselho Deliberativo Escolar, reuniões com pais ordinárias e na medida das necessidades, Família na Escola, festa junina, amostra de trabalhos e palestras, entrega de avaliações e mostra de portfólios.

Conforme apresentado, ainda, no Projeto Político Pedagógico, entre 2012 e 2014, desenvolveu-se um processo de Avaliação Institucional que se constituiu em uma parceria entre a Unisul e a 20ª GERED. O mesmo incluiu um curso de extensão intitulado “Plano de avaliação institucional das escolas estaduais”, cujo objetivo geral foi “Refletir sobre o papel de cada um e da escola como um todo perante a sociedade considerando sua identidade, contexto no qual se insere e missão”. A pesquisa oportunizou espaço para se pensar uma escola real, marcada por uma complexa rede de relações, de condicionantes e de possibilidades. Esta experiência contribuiu para assinalar a importância de uma pesquisa como indicador de questões problemáticas que precisam de reflexão e proposição de novas ações. O conhecimento das queixas, denúncias e sugestões dos segmentos responsabiliza o gestor pela discussão, proposição e articulação de ações interventivas que primem, também, pela participação e responsabilidade conjunta pelos encaminhamentos.

O documento apresenta que dentre os dados produzidos pela pesquisa, observou-se o índice de 53.7% de pais que afirmam conhecer a proposta pedagógica da escola. Ainda que este seja um número significativo, conclui-se que necessita realizar

momentos de discussão com pais ou responsáveis, para um planejamento futuro de ampliação da proposta pedagógica da escola.

Outro dado interessante foi referente às atividades que acontecem na escola. Para 25.18% dos professores, esta ação não acontece de forma satisfatória. Contudo, ao responder a mesma questão, a direção afirma que comunica todas as atividades, atingindo o índice de 100%. A contradição pode indicar a necessidade de qualificar os processos e mecanismos de comunicação, propiciando, assim, o máximo possível de transparência e conhecimento das ações educativas. Na pergunta “A educação é importante para a minha vida?” 89% dos alunos afirmaram que sim. O índice revela que a maioria dos adolescentes e jovens que frequentam esta escola concebe a educação como fundamental para seu desenvolvimento indicando que as ações educativas devem considerar este conceito positivo que estes têm sobre a escola. Destaca-se que, 1% optou pela resposta quase sempre e 10% não produziu uma resposta passível de ser computada. Tais números não devem, por sua vez, ser ignorados, pois representam uma parcela de adolescentes e jovens que precisam ser conquistados, atraídos para as atividades escolares.

3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Segundo o Projeto Político Pedagógico, a Escola promove, através dos Projetos Educacionais, a integração com a família, pois avalia que a participação desta na vida escolar dos filhos é fundamental para a formação da personalidade dos mesmos. Por isso, procura-se criar um ambiente rico em estímulos adequados para ajudá-los a se desenvolver, construindo sua personalidade, de acordo com a idade e necessidades, observando a cultura, a comunidade e a família em que estão inseridas. A intenção é formar capacidades intelectuais, estruturando o pensamento e agilizando o raciocínio dedutivo do aluno, servindo de instrumento essencial para a construção de conhecimento nas diversas áreas curriculares.

A Unidade Escolar oferece aos estudantes e a comunidade local alguns projetos educativos como: Participação nos Jogos escolares; Desfile 07 de setembro na comunidade e no centro com reestruturação da fanfarra da escola; Confraternização no dia dos Professores; Gincanas esportivas e Interséries; Passeios de estudos; Participação nas

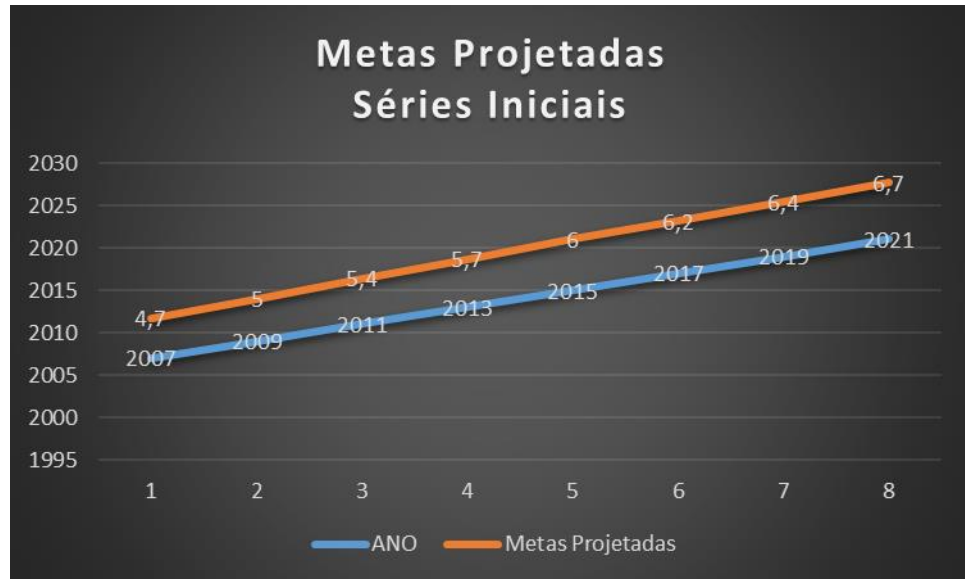
Olimpíadas de Matemática e Português; Projeto Valores; Capoeira e Projeto Horta em parceria com a Ferrovia Tereza Cristina, Projeto do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano de acordo com o tema desenvolvido durante os bimestres, Projeto Atleta na Escola, Projeto de Passeios de Estudos de Ciências, Projeto da Biblioteca, Projeto da Informática, Projeto Festa Junina interna, Projeto Passeio de Estudo na Tractebel, Projeto Feira de Ciências, Projeto de Geografia, Projeto de Português, Projeto Interséries, Projeto Gincana Esportiva, Projetos em Parceria com o SESC, Projeto Higiene, Projeto Boas Maneiras, Projeto Recreioteca, Projeto Show de Natal.

A verificação do rendimento escolar baseia-se em avaliação contínua e cumulativa, a ser expresso em notas, do 3º, 5º ao 9º ano e conceito descritivo no 1º, 2º e 4º ano, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados, obtidos durante o ano letivo, preponderarão sobre os de exames finais. A recuperação paralela é uma forma de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, pois permite aos alunos superarem as dificuldades pontuais no decorrer do ano letivo, e ao professor, de avaliar seus procedimentos e práticas, refletindo e redimensionando, constantemente, seu trabalho pedagógico.

Conforme dados do INEP, o índice do IDEB em 2015 na EEB Governador Aderbal Ramos da Silva foi de 6,2 nas séries iniciais e de 5,4, nas séries finais, os gráficos abaixo demonstram como ficou o IDEB Observado com relação às Metas Projetadas na escola nas séries iniciais e nas séries finais nos últimos anos. Seguem os gráficos os gráficos abaixo:



Fonte: INEP



Fonte: INEP



Fonte: INEP



Fonte: INEP

A matrícula é realizada no final do ano e durante o ano letivo. A escola participa de programas de apoio aos estudantes como: Merenda escolar, PNLD, Transporte escolar, Proinfo, APÓIA, PENOA, PNAIC, SAEDE, alguns desses programas são oferecidos pela SED e GERED. A Formação continuada em sua maior parte é realizada pelos profissionais da escola ou palestrantes voluntários convidados, no decorrer do ano letivo. Os profissionais da escola são formados nas áreas que atuam, a maioria tem pós-graduação e três funcionários têm mestrado. Os planejamentos são direcionados pelos eixos temáticos e precisam de maior tempo, considerando a tarefa de desenvolver a educação integral.

3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

A Dimensão Administrativa fica centralizada na Secretaria da escola, onde estão especificadas todas as informações vindas da GERED, sendo que estas informações são de responsabilidade da Secretaria e Direção da escola. As informações vindas da GERED são repassadas para os funcionários da escola pela Direção. É na secretaria da escola onde é organizada toda a documentação da escola, bem como prestações de contas de toda a Escola. Para isso, é feito um cronograma conforme as datas previstas e orientadas pela Gerência de Educação.

A documentação dos alunos, bem como matrícula, histórico escolar, documentação de transferência e entre outros também são organizados e de responsabilidade da Secretaria da escola. Acompanha a organização do calendário anual, planejamento, notas, Professor Online, distribuição de aulas, reuniões pedagógicas. São verificadas entradas e saídas de alunos e preenchimento do livro ponto. Supervisão da manutenção e limpeza do prédio.

Abaixo, segue a formação acadêmica do Corpo Docente e Diretivo.

| Cargo e Função | Habilitação | Carga Horária |
|-------------------------------|---|----------------------|
| Diretora de Escola | Letras, Português e literatura brasileira | 40 |
| Assessor de Direção | Pedagogia - Orientação Educacional | 40 |
| Assistente de Educação | Português Inglês | 40 |
| Assistente de Educação | Pedagogia | 40 |
| Administradora Escolar | Pedagogia - Administração Escolar | 40 |
| Assistente Técnico Pedagógico | Biologia | 40 |
| Orientadora Escolar | Pedagogia orienta. Escolar | 40 |
| Supervisora Escolar | Pedagogia - Supervisão Escolar | 40 |
| Informática | Ensino Médio | 40 |

| Professores 1ª à 5ª série | Habilitação | Carga Horária |
|----------------------------------|-------------------------|----------------------|
| Professora | Pedagogia anos iniciais | 40 |
| Professora Readaptada | Séries iniciais | 40 |
| Professora Readaptada | Séries iniciais | 40 |
| Professora | Séries iniciais | 40 |
| Professora | Séries iniciais | 40 |
| Professora | Séries Iniciais | 40 |

| Professores 6ª ao 9ªano | Habilitação | Carga Horária |
|--------------------------------|---------------------------|----------------------|
| Professor Efetivo | Letras - Português Inglês | 40 |
| Professor Efetivo | Ciências e Biologia | 40 |
| Professora Efetiva | Ciências | 30 |
| Professora Efetiva | Educação Física | 40 |
| Professora Readaptada | Artes | 30 |
| Professor | Ciências | 40 |
| Professor | Geografia | 40 |
| Professor Efetivo | História | 40 |
| Professora Efetiva | Ciências e Matemática | 40 |
| Professora Efetiva | Língua Portuguesa | 10 |
| Professor Readaptado | Educação Física | 10 |
| Professor completando | Geografia | 40 |
| Professor ACT | Educação Física | 40 |

| | | |
|-------------------|-----------------|----|
| Professor Efetivo | Geografia | 40 |
| Professora ACT | Educação Física | 30 |

| Professores ACT 1º ao 4º ano | Habilitação | Carga Horária |
|-------------------------------------|--------------------|----------------------|
| Professor Séries Iniciais | 300 | 20 |
| Professor ACT | 300 | 40 |
| Professor ACT | 300 | 20 |
| Professor ACT | 300 | 40 |
| Professor ACT | 300 | 20 |
| Segundo Professor ACT | 300 | 10 |
| Segundo Professor ACT | 300 | 40 |
| Segundo Professor ACT | 300 | 40 |
| Segundo Professor ACT | 300 | 40 |
| Segundo Professor ACT | 300 | 40 |
| Segundo Professor ACT | 300 | 20 |
| Professora | 300 | 40 |
| Professora | 300 | 10 |
| Professora | 300 | 20 |
| Professora | 300 | 10 |
| Professora | 300 | 10 |
| Professora | 300 | 20 |
| Professora | 300 | 40 |
| Professora | 300 | 20 |
| Professora | 300 | 20 |

| Funcionários da APP | |
|----------------------------|----------------------|
| Cargo e Função | Carga Horária |
| Serviços Gerais | 44 |
| Serviços Gerais | 44 |
| Serviços Gerais | 44 |
| Serviços Gerais | 44 |
| Serviços Gerais | 44 |

3.3.1 Avaliação Institucional

A avaliação institucional é prevista a cada ano letivo, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, foi realizada em 2012, juntamente com a gerência de educação e UNISUL, é realizada a cada bimestre envolvendo somente os alunos e os vários setores da escola.

3.3.2 Conselho Deliberativo Escolar

O Conselho Deliberativo Escolar da Escola de Educação Básica Governador Aderbal Ramos da Silva, foi fundado em 09/11/1999. O Conselho tem como função principal garantir a formação e a prática democrática da escola, educando os que dele participam e dependem para a vida democrática. Este conselho ainda tem como função favorecer a participação da comunidade na escola e a presença da escola na comunidade; abrindo espaço para as reivindicações dos alunos, professores, pais e comunidade, possibilitando que as famílias e os educadores atuem juntos na melhoria do atendimento escolar.

3.3.3 APP – Associação de Pais e Professores

A Escola possui uma APP, formada por:

- 1 presidente
- 1 vice-presidente
- 1º secretário
- 2º secretário
- 1º tesoureiro
- 2º tesoureiro
- 3 Representantes de Professores
- 3 Representantes de pais
- 2 Suplentes do Conselho Fiscal

3.3.4 Grêmio Estudantil

A Escola possui grêmio estudantil, criado em 2003, primeiramente denominado como Grupo Dinâmico e em 25 de abril de 2004 foi realizada nova Assembleia Geral, com todos os alunos, onde, foi apresentado a minuta do estatuto e os deveres dos membros, passando a ser chamado de Grêmio Estudantil.

3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

As verbas para a manutenção do prédio escolar, bem como para aquisição de bens permanentes, pequenos reparos e materiais de consumo, vem dos seguintes recursos:

3.4.1 PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

O programa Dinheiro Direto na Escola foi criado em 1995 e tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantida por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficente de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

O recurso é repassado uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se a aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos na unidade escolar, aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais.

3.4.2 Festa Junina

Através da interação entre os alunos, familiares, professores, funcionários e comunidade a Festa Junina visa à socialização e divulgação de diversas culturas populares. Esta possibilita a interação de forma recreativa e educativa e paralelamente objetiva, também, arrecadar fundos para serem aplicados em melhorias da Unidade Escolar.

Após o final da festa, a Direção da escola reúne os membros da APP (Associação de pais e professores), Conselho Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal para juntos fazer o levantamento das prioridades da escola e a aplicação deste recurso financeiro.

3.4.3 Contribuição Espontânea

De acordo com a Assembleia Geral de Pais e Funcionários da Unidade Escolar, que ocorre no início do ano letivo, fica estabelecido uma contribuição por família, destinado para melhoria do prédio escolar e pequenos reparos. Salientamos que a contribuição não é obrigatória e o valor depende também das condições financeiras da família.

3.4.4 Rifas

A escola realiza juntamente com pais, alunos e funcionários uma rifa no período de páscoa e outra no Natal. Sendo que o valor arrecadado é destinado à compra de bens de consumo e aquisição de materiais pedagógicos (livros de literatura, fantoches, etc.)

3.4.5 PDDE (Estrutura Escola Acessível)

A Resolução/CD/FNDE n.19, de 21 de maio de 2013, dispõe sobre a destinação de recursos financeiros em relação ao número de alunos da educação básica matriculados na escola, extraído do censo escolar do ano anterior, na rede estadual, na educação especial em classes regulares, que tenham sido contemplados com salas de recursos multifuncionais em 2010 e 2011 e integram no Programa Escola Acessível em 2013. Neste mesmo ano a escola recebeu a verba para aquisição de 03 bebedouros para alunos com acessibilidade e material de

construção e mão de obra, para a construção de 02 rampas para deficientes físicos e um banheiro adaptável para cadeirantes. Hoje a escola tem aproximadamente 27 alunos neste programa.

3.4.6 Programa Atleta na Escola

O programa tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. A ação dos jogos é composta por quatro fases: escolar, municipal-regional, estadual e nacional. A prática permite o desenvolvimento das atividades motoras, cognitivas e físicas, socializa e supera os limites pessoais e coletivos. Porém, no ano de 2016 este programa não foi trabalhado.

3.4.7 PDDE (Escolas Sustentáveis)

É oferecido pelo FNDE, consiste no repasse financeiro, para promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e apoiar as escolas na adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental, considerando o currículo, a gestão e o espaço físico, de fora a torná-las espaços educadores sustentáveis. A escola participou com projeto de sustentabilidade na feira estadual de ciências e tecnologias e foi contemplada com este programa no ano de 2015, com a aprovação do MEC. (Não foi recebida a verba, ainda).

3.4.8 Cartão CPESC

Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC) foi instituído pelo Decreto Estadual nº 1.949, de 19 de dezembro de 2013, como um instrumento moderno e transparente de execução orçamentária utilizando-se do regime de adiantamento, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.

Seu uso é exclusivo para aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços de terceiros – pessoa jurídica, enquadrados como de natureza extraordinária ou

urgente, de pequeno vulto e pronto pagamento, evitando, assim, a descontinuidade do serviço oferecido à população e garantindo a eficiência da gestão pública.

A Secretaria de Estado da Educação (SED) aderiu ao Programa em 2014, disponibilizando o cartão às Unidades Escolares da Rede Pública Estadual para atender às necessidades do cotidiano escolar de forma ágil e eficiente, consolidando o cartão como ferramenta de gestão educacional.

Embora o Decreto permita também despesas com prestação de serviços de terceiros, pessoa jurídica, a SED autoriza somente aquisições de Materiais de Consumo, elencados conforme as necessidades escolares e de acordo com a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina (Decreto nº 1.323, de 21/12/2012).

3.5 DIMENSÃO FÍSICA

A escola tem uma área total de 6.972,58m², mais a área construída coberta de 1979,58m², mais uma construída coberta de 1452m², dando uma média de 1,76m² por aluno na área descoberta e 2,39m² por aluno na área coberta. Ela é composta de 15 salas de aulas todas do mesmo padrão, 01 sala da Direção, 01 secretaria, uma sala para Professores acoplada com 01 banheiro para professores feminino e masculino, 01 hall de entrada, 01 cozinha, uma sala de biblioteca com 99,06m² que também pode atender os alunos nas palestras e vídeos. Além destas dependências a escola tem 01 sala para o laboratório de informática e 02 salas onde funcionavam a Coordenação de 1º ao 5º ano e a Coordenação de 6º ao 9º ano. A escola possuía um pátio coberto com as seguintes descrições: uma cozinha terceirizada pela Risotolândia e outra menor da escola, 02 banheiros para os alunos (masculino); contudo, este espaço está interditado desde o vendaval de 16/10/2016. Conta, ainda, com 01 sala de Educação Física e 01 depósito de materiais pedagógicos e duas salas para o trabalho com os alunos com necessidades educativas especiais, atualmente, utilizadas pelos AEE. 01 depósito de material de limpeza. No corredor de fora tem 02 banheiros (feminino) e 01 banheiro adaptável para deficiente físico, entre as salas de aula, 01 depósito de materiais de limpeza e mais uma sala onde será a sala multifuncional. A escola possui ainda em seu patrimônio, equipamentos como: televisão, computadores, data show, tela digital, ar condicionado, bebedouros, entre outros.

A biblioteca da Escola de Educação Básica Governador Aderbal Ramos da Silva, tem como finalidade atender toda a comunidade escolar, visando a consulta para enriquecimento cultural, pesquisa e lazer. Mas, tem como principal função ajudar os alunos a complementar o trabalho pedagógico, dar oportunidade aos frequentadores de terem informações atualizadas, despertar nos educandos o gosto pela leitura, auxiliar os professores na complementação de seus trabalhos escolares.

O material Didático-Pedagógico tem por finalidade oferecer aos professores e educandos meios que facilitem o processo ensino aprendizagem. De modo que os alunos aprendam, com interesse e prazer, a experiência de aprender, levando-os à elaboração e apropriação de conceitos científicos que proporcionarão mudanças qualitativas na aprendizagem.

Existe uma quadra para futsal, basquete e handebol, mas está precária necessitando de reformas e cobertura. Tem um pátio descoberto grande onde os professores adaptam 02 barras de ferro para fazerem uma quadra de vôlei, pintada nas lajotas para atenderem os alunos com o esporte, tornando-se adaptada, saindo totalmente das medidas prevista por lei.

A sala de vídeo é adaptada, funcionando na sala de informática, tem o objetivo de apresentar vídeos, DVDs que enriquecem o conhecimento dos funcionários e estudantes possibilitando que as novas informações sejam constatadas, analisadas e que proporcione uma mudança de comportamento para os envolvidos, podendo assim auxiliar no ensino aprendizagem.

A sala de informática tem um profissional à disposição dos professores e funcionários com 40h semanais, preparado para atender as necessidades dos envolvidos, proporcionando o acesso à internet e auxiliando-os no desenvolvimento do ensino aprendizagem no mundo da tecnologia.

4 METAS

4.1 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

4.1.1 META 1

Viabilizar a interação e apresentação de metas e resultados da Associação de Pais e Professores, Grêmio Estudantil e Conselho Deliberativo Escolar, a partir do início do ano-letivo de 2018.

4.1.2 META 2

Elaborar, até o segundo semestre de 2018, um projeto que promova a interação entre as turmas de séries finais do ensino fundamental que contemple o uso das tecnologias das mídias na educação.

4.2 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

4.2.1 META 1

Intensificar, a partir do início do ano-letivo de 2018, as ações informativas, para 100% dos pais, alunos e professores.

4.3 DIMENSÃO FÍSICA

4.3.1 META 1

Promover a reforma do pátio, calçadas e banheiros; e o acesso às salas e secretaria, de acordo com a Cartilha de Acessibilidade, implementada pelo Decreto 5.296/04, até o final do segundo semestre de 2018.

4.3.2 META 2

Criar junto a APP e ao Grêmio Estudantil uma campanha para preservação do patrimônio escolar, no primeiro semestre de 2018.

4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

4.4.1 META 1

Divulgar, semestralmente, a prestação de contas até o momento em questão.

4.5.2 META 2

Elaborar um projeto junto a APP, Grêmios Estudantil e comunidade para captação de recursos financeiros, no decorrer do ano de 2018.

5 AÇÕES

5.1 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

5.1.1 AÇÃO 1 (META 1)

PPP

5.1.1.1 Objetivos específicos

- Reunir profissionais e membros da APP, CDE e Grêmio Estudantil, para definir a criação do grupo em aplicativo de mensagens instantâneas;
- Fazer a síntese do PPP da escola que será distribuído no aplicativo de mensagens.

Período

Primeiros dias do ano-letivo de 2018.

5.1.1.2 Público alvo

- Direção
- Professores
- ATP

5.1.1.3 Recursos

- Espaço da escola
- Projeto Político Pedagógico
- Computador

5.1.1.4 Responsáveis pela ação

- Direção
- Professores
- ATP

5.1.2 AÇÃO 2 (META 1)

5.1.2.1 Início da comunicação por aplicativo

5.1.2.2 Objetivos específicos

- Elaborar o texto de abertura do canal de comunicação e disponibilizar a síntese do PPP;
- Organizar grupos que, periodicamente, alimentarão o aplicativo com as ações desenvolvidas no âmbito da APP, CDE e Grêmio Estudantil.

5.1.2.3 Período

Primeiros dias do ano-letivo de 2018.

5.1.2.4 Público alvo

- Direção
- Professores
- ATP

5.1.2.5 Recursos

- Computador
- Smartphone com acesso a internet

5.1.2.6 Responsáveis pela ação

- Direção
- ATP

5.1.3 AÇÃO 1 (META 2)

Estudo e definições

5.1.3.1 Objetivos específicos

- Discutir e definir os temas a serem trabalhados;
- Disponibilizar os equipamentos tecnológicos da escola para o planejamento das ações;
- Solicitar uma formação sobre Tics com o NTE, bem como a elaboração de ações que contemplem os alunos que apresentem alguma dificuldade de aprendizado.

5.1.3.2 Período

1º bimestre de 2018.

5.1.3.3 Público alvo

- Professores

5.1.3.4 Recurso

- Espaços da escola
- Materiais pedagógicos de acesso disponíveis
- Recursos computacionais disponíveis

5.1.3.5 Responsáveis pela ação

- Direção
- Professores
- ATP

5.1.4 AÇÃO 2 (META 2)

Projeto interativo, multidisciplinar e transversal com a utilização de mídias.

5.1.4.1 Objetivos específicos

- Possibilitar aos alunos a proposição de ações a serem integradas ao projeto das Tics, a partir do uso de equipamentos de áudio, vídeo e de recursos de informática e de internet;
- Organizar o planejamento específico para cada área de conhecimento contemplada nas ações propostas pelos alunos.

Período

2º semestre de 2018.

5.1.4.2 Público alvo

- Professores
- Alunos

5.1.4.3 Recurso

- Espaços da escola
- Materiais pedagógico de acesso disponíveis
- Recursos computacionais disponíveis
- Equipamentos eletrônicos disponíveis
- Conexão de internet

5.1.4.4 Responsáveis pela ação

- Professores
- Alunos

5.2 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

5.2.1 AÇÃO 1 (META 1)

Mais informações com recursos eletrônicos

5.2.1.1 Objetivos específicos

- Coletar dados no ato da matrícula para o ano-letivo de 2018;
- Disponibilizar por meio eletrônico, as informações sobre o trabalho da escola e características da clientela atendida.

Período

Fim do ano-letivo de 2017 e início do ano-letivo de 2018.

5.2.1.2 Público alvo

- Direção
- Professores
- ATP

5.2.1.3 Recurso

- Computador e impressora
- Papel
- Conexão de internet

5.2.1.4 Responsáveis pela ação

- Direção
- Professores
- ATP

5.2.2 AÇÃO 2 (META 1)

Agenda impressa

5.2.2.1 Objetivos específicos

- Distribuir à comunidade escolar uma agenda com o calendário anual, o qual informará as principais ações previstas para o ano, bem como, características da clientela atendida.

5.2.2.2 Período

1ª semana de aula de 2018.

5.2.2.3 Público alvo

- Pais e Responsáveis

5.2.2.4 Recursos

- Papel
- Impressora
- Computador
- Smartphone
- Conexão de internet

5.2.2.5 Responsáveis pela ação

- Direção
- ATP

5.3 DIMENSÃO FÍSICA

5.3.1 AÇÃO 1 (META 1)

5.3.1.1 Projeto

5.3.1.2 Objetivos específicos

5.3.1.3 - Solicitar ao Gerente de Educação da 19ª ADR – Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão um projeto de reforma que contemple as regras de acessibilidade definidas pelo Decreto 5.296/04.

5.3.1.4 Período

1º semestre de 2018.

5.3.1.5 Público alvo

- Direção
- ATP
- Professores
- Comunidade Escolar
- ADR de Tubarão

5.3.1.6 Recursos

- Provenientes da 19ª Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão

5.3.1.7 Responsáveis pela ação

- Direção

5.3.2 AÇÃO 2 (META 1)

5.3.2.1 Apoio da comunidade

5.3.2.2 Objetivos específicos

- Realizar uma assembleia para discutir as necessidade relativas à estrutura física da escola;
- Organizar o grupo que acompanhará a direção na visita à 19ª ADR, para efetivar o pedido do referido projeto.

5.3.2.3 Período

1º semestre de 2018.

5.3.2.4 Público alvo

- Direção
- Pais
- Professores
- Secretário Regional da 19ª ADR de Tubarão.

5.3.2.5 Recursos

- Provenientes do Governo do Estado, mediante apresentação de projeto.
- Provenientes de empresas através de ações de responsabilidade social.

5.3.2.6 Responsáveis pela ação

- Direção
- Grêmio Estudantil
- Associação de Pais e Professores
- Conselho Deliberativo Escolar

5.3.3 AÇÃO 1 (META 2)

Campanha para preservação do patrimônio escolar.

5.3.3.1 Objetivos específicos

5.3.3.2 - Realizar palestras de sensibilização para alunos e pais sobre a necessidade de preservação do espaço físico escolar, bem como da importância de contribuir para a sua manutenção.

5.3.3.3 Período

1º semestre de 2018.

5.3.3.4 Público alvo

- Direção
- ATP
- Professores
- Alunos
- Comunidade Escolar

5.3.3.5 Recursos

- Espaços da escola
- Computador
- Data Show

5.3.3.6 Responsáveis pela ação

- Direção
- ATP
- Professores

5.3.4 AÇÃO 2 (META 2)

Campanha publicitária sobre a importância da preservação do patrimônio escolar.

5.3.4.1 Objetivos específicos

- Criar peças publicitárias, tais como impressos e materiais para ser distribuído eletronicamente na internet, tais como vídeos e memes;
- Solicitar espaço nos jornais, nas rádios e TVs locais para abordar o assunto.

Período

Durante todo o ano de 2018.

5.3.4.2 Público alvo

- Direção
- ATP
- Professores
- Alunos
- Comunidade Escolar

5.3.4.3 Recursos

- Espaços da escola
- Ferramentas diversas
- Recursos gráficos
- Recursos computacionais
- Conexão de internet
- Recursos da mídia local

5.3.4.4 Responsáveis pela ação

- Direção
- ATP
- Grêmios Estudantil
- Comunidade escolar

5.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

5.4.1 AÇÃO 1 (META 1)

Socialização da Prestação de contas

5.4.1.1 Objetivos específicos

- Divulgar as prestações de contas através de meio eletrônico ou impresso a ser afixado em local visível e que seja acessível a todos.

5.4.1.2 Período

1º bimestre de 2018.

5.4.1.3 Público alvo

- Direção
- ATP
- Comunidade escolar interessada

5.4.1.4 Recurso

- Espaços da escola
- Computador
- Recursos gráficos
- Recursos contábeis

5.4.1.5 Responsáveis pela ação

- Direção
- ATP
- Professores
- Comunidade escolar interessada

5.4.2 AÇÃO 2 (META 1)

Visualização dos documentos que comprovem as movimentações financeiras da escola.

5.4.2.1 Objetivos específicos

- Digitalizar através de fotografias ou escaneamento todos os documentos relativos ao exercício financeiro em questão;
- Disponibilizar tais documentos através de meios físicos ou eletrônicos.

5.4.2.2 Período

Todo o ano letivo de 2018.

5.4.2.3 Público alvo

- Comunidade Escolar.

5.4.2.4 Recurso

- Computador
- Scanner ou máquina fotográfica
- Impressora
- Internet
- Papéis

5.4.2.5 Responsáveis pela ação

- Direção
- APP

5.4.3 AÇÃO 1 (META 2)

Captação de recursos financeiros.

Captação de recursos financeiros.

5.4.3.1 Objetivos específicos

- Reunir APP, Grêmio Estudantil e demais membros da comunidade escolar para discutir estratégias para a captação de recursos e elaboração da primeira parte do projeto;
- Organizar grupos para a coordenação das estratégias sugeridas e aprovadas;
- Organizar o cronograma das estratégias aprovadas.

5.4.3.2 Período

Durante todo o ano-letivo de 2018.

5.4.3.3 Público alvo

- Direção
- ATP
- Professores
- Comunidade Escolar
- APP
- Grêmio Estudantil
- Empresários

5.4.3.4 Recursos

- Computador
- Conexão de internet
- Espaço físico

5.4.3.5 Responsáveis pela ação

- Direção
- ATP
- APP

- Grêmio Estudantil

5.4.4 AÇÃO 2 (META 2)

Parte 2 do projeto: venda de recicláveis

5.4.4.1 Objetivos específicos

- Discutir e definir o processo de coleta e venda de recicláveis;
- Elaborar a parte 2 e concluir o projeto;
- Definir os responsáveis pelas ações da parte 2 do projeto;
- Discutir e definir o processo de coleta e venda de recicláveis.

- Período

Durante todo o ano-letivo de 2018.

5.4.4.2 Público alvo

- Direção
- ATP
- Professores
- Comunidade Escolar
- APP
- Grêmio Estudantil
- Empresários

5.4.4.3 Recursos

- Computador
- Conexão de internet
- Recursos diversos de transporte
- Recursos diversos para organização de eventos
- Espaço físico

5.4.4.4 Responsáveis pela ação

- Direção

- ATP
- APP
- Grêmio Estudantil

6 AVALIAÇÃO DO PLANO

O plano em questão foi desenvolvido depois de análise e contexto da instituição em questão e amparado na legislação em vigor, cujo objetivo sintético é oferecer amplo acesso à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade, que é direito do pagador de impostos. Para tanto, pretende-se desenvolver uma gestão eficiente, proativa, democrática e participativa, coibindo vícios e excessos do meio, através de ações de incentivo e de acompanhamento – funções esperadas em um gestor de qualquer instituição – inserindo a comunidade escolar no processo, com a qual também dividirá responsabilidades e ações. Para isso foram elaborados os planos de metas e de ações para sistematizar esta participação viabilizando a criação de um roteiro onde estas intervenções serão estipuladas e acompanhadas.

Levando-se em consideração o presumível comportamento humano e o conseqüente entusiasmo pela novidade que vai desaparecendo com o tempo, é desejável que os envolvidos sejam estimulados diariamente e motivados periodicamente para manterem vivos os compromissos inicialmente firmados. É preciso entender também que o cenário, as necessidades e os atores podem mudar ao longo do processo e que este plano deve caracterizar-se como flexível para adaptarem-se aos mais diversos contextos, sempre em consonância com o PPP da escola em questão. É importante ressaltar que nada disso surtirá efeito se não fizermos todos, profissionais, alunos e comunidade o efetivo acompanhamento destas ações no dia a dia da escola. A avaliação acontecerá por meio de pesquisas que utilizarão o questionário como instrumento de coleta de dados, bem como, através de reuniões.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente PGE – Plano de Gestão Escolar é o resultado da consulta ao PPP e da análise *in loco* de problemas ou de situações constatadas na Escola de Educação Básica Governador Aderbal Ramos da Silva, sita na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina. Entende-se que a realidade da escola é a mesma de milhares de escolas espalhadas pelo país, que carecem de tantos recursos e de tantas ações e que às vezes é difícil tratar questões abstratas e conceituais, tais como gestão democrática ou participação da comunidade nas decisões da escola, quando a estes, muitas vezes, falta o básico, e como já dizia Bernard Shaw que “Não existe amor mais sincero do que aquele pela comida.”. Admitindo essa frase como reflexo do cotidiano, ousa-se dizer que em uma sociedade onde há ausência de Estado e carências de toda a sorte é plausível que os indivíduos direcionem suas opiniões pelas necessidades, inclusive, secundarizando uma gestão democrática e participativa. Entretanto, mesmo assim é preciso ter uma percepção positiva, otimista de que a escola como *igreja do saber* tem papel determinante na mudança deste quadro. Então, estas metas e ações concebidas através do diagnóstico da escola em questão, pretendem que esta gestão caracterize-se pela participação de todos os atores envolvidos através de expedientes de interação, tais como encontros de avaliação, debate e deliberação periódicos das dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Voltando para a realidade escolar, para que este plano alcance o sucesso desejado é fundamental que todos os envolvidos participem, se comprometam e que colaborem, pois só assim será possível aplicar a gestão democrática e proporcionar uma educação pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

PPP - Projeto Político Pedagógico. Tubarão: **E. E. B. GOVERNADOR ADERBAL RAMOS DA SILVA**, 2016.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na Educação Básica/Estado de Santa Catarina**, Secretaria de Estado da Educação: 2014. 192 p.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACESSIBILIDADE – **Cartilha de Orientação. Implementação do Decreto 5.296/04**. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/File/cartilha-acessibilidade-final-web.pdf>>. Acesso em: 9 de setembro de 2017.

Centro de Referências em Educação Integral – **Desvendando o PNE: a aprovação e os próximos dez anos**. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/desvendando-pne-aprovacao-os-proximos-dez-anos/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

Centro de Referências em Educação Integral – **Gestão Democrática**. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/glossario/gestao-democratica>>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – **IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 1º de setembro de 2017.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/06.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

QEdU - Aprendizado dos alunos: Escola Governador Aderbal Ramos Da Silva (EEB).

Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/escola/218970-eeb-governador-aderbal-ramos-da-silva>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.